

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ECONOMIA, TRIBUTAÇÃO, ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA.

DESTINADA A APRECIAR A AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, REFERENTE AO 1º e 2º QUADRIMESTRE DE 2025.

EM: 04.11.2025

INÍCIO: 13h43min

PRESIDENTE: SR. EZEQUIEL NEIVA

MEMBROS: SRA. IEDA CHAVES

SR. ISMAEL CRISPIN

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, aos quatro dias do mês de abril de 2025, às 13 horas e 43 minutos, declaro aberta a Audiência Pública para Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais referente ao 1º e 2º Quadrimestre de 2025.

Neste momento registramos a presença do Deputado Ezequiel Neiva e Deputada Ieda Chaves, agradecemos também a presença do Secretário de Estado de Finanças Luís Fernando Pereira da Silva, e toda sua equipe técnica, sejam muito bem vindos, muito obrigado.

Secretário, então a gente já vai passar a palavra para o senhor, e o senhor dá sequência na apresentação, o resultado desses 1º e 2º Quadrimestres.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Perfeito. Muito obrigado Deputado Ezequiel Neiva, Presidente da Comissão. Agradeço, Deputado Ezequiel Neiva, Deputada Ieda Chaves, muito obrigado pela oportunidade de a gente cumprir aqui essa obrigação prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal, de cada quadrimestre, o Secretário de Finanças vem apresentar aqui os resultados da gestão fiscal, das metas fiscais do Estado.

E esse é um momento importante para que a Assembleia esteja bem posicionada, bem informada sobre o andamento da gestão fiscal do Estado, até porque disso depende uma série de encaminhamentos, de decisões de políticas públicas, então estar aqui a cada quatro meses é um privilégio. Eu agradeço pela oportunidade, agora colocando em dia os quadrimestres.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente)- Pôr em dia, estamos atrasados.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Exato, agora a gente coloca em dia, e daqui em diante acho que conseguimos manter isso de fato nessa periodicidade. Então, a gente vai apresentar aqui esses resultados fiscais, 1º e 2º Quadrimestre, começando aqui pela... Ah, deixa eu apresentar a equipe enquanto passa ali: a gente está aqui com o nosso Coordenador do Tesouro, Douglas Coqueiro Tiegs, Coordenador do Tesouro Estadual, então quem responde diretamente pela gestão fiscal, receitas e controle das despesas do Estado.

Integrando a equipe da Coordenadoria do Tesouro, a gente tem o André Sales Mendes, que é o Gerente de Contas Bancárias e do Tesouro, controla a parte financeira do Estado; a Veridiane Ferreira dos Santos, que a nossa Gerente de Controle da Dívida Pública, é que o controle as questões de endividamento do pagamento, das dívidas do Estado; e o Michael da Costa Lima, que é o nosso Gerente de Operações e Programação Financeira, controla o nosso fluxo de caixa, repasses, etc.

Então, essa equipe participa diretamente da Gestão Fiscal do Estado, juntamente com a equipe da SEPOG - e da COGES, a nossa Contabilidade-Geral do Estado. Esse é o núcleo econômico que responde diretamente por isso, claro, com o apoio da Controladoria-Geral do Estado, da Procuradoria-Geral, demais áreas que integram essa parte administrativa do Estado.

Bom, podemos passar aí os resultados, vamos começar pelo Desempenho da Receita, pode passar o *slide*.

(Apresentação de slides no telão)

A Receita do Estado, a gente faz alguns destaques aqui, deputados, que no 1º quadrimestre, quando a gente compara com 2024, nós tivemos uma arrecadação total da Receita Bruta do Estado de R\$ 7,01 Bi que representaram um incremento de 7,18% em relação ao mesmo período de 2024, em que foram arrecadados R\$ 6,54 Bi. Então, esse crescimento de 7,18% está acima da inflação acumulada do ano de 2024, que foi de 4,83%, então já era um resultado positivo.

Porém, ficou ligeiramente abaixo do previsto na LOA (Lei Orçamentária Anual) para esse período para esse 1º

quadrimestre, que era de R\$ 7,08 Bi. Então, a gente alcançou 99,01% do previsto na LOA, no 1º quadrimestre, de janeiro a abril.

Já no acumulado do 1º e 2º quadrimestre, que está nessa barra de baixo, ou seja, de janeiro a agosto, aí a gente aumentou esse incremento em relação a 2024, a gente arrecadou R\$ 14,89 Bi, quando comparado com 2024, representa um incremento de 9,73% em relação ao mesmo período de 2024.

E ficamos 2% acima do previsto na LOA, que era de 14,53 Bi. Então, houve, portanto, uma melhoria do resultado em termos de Receita Total do Estado do 1º para o 2º quadrimestre.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Acompanhar esse último quadrimestre, o 3º, com certeza, ainda vai ser melhor.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Exatamente. Estamos trabalhando para isso. Até outubro, que fechou recentemente, nós estamos com desempenho acima da LOA. Então, continuamos performando acima do previsto na Lei Orçamentária, o que permite o cumprimento da despesa de acordo com o planejado, desde que a despesa se comporte como planejada. Esse é o grande desafio.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Esse é o desejo.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Exato. Vamos adiante.

Destacando, então, as principais Receitas que compuseram esse resultado: as Receitas do ICMS, que é a nossa principal fonte de arrecadação, alcançaram R\$ 5,294 bilhões, que representa cerca de 7% em relação a 2024, que foi R\$ 4,954 bilhões. A meta era de R\$ 5,222 bilhões, então, no ICMS, ficamos acima do previsto da LOA.

O Fundo de Participação dos Estados (FPE) - as transferências da União Constitucionais para o Estado, através do FPE - também teve uma performance acima da LOA e acima do ano anterior. Então, estamos também com a meta batida nesses dois principais grupos de Receitas, que representam cerca de 70% a 75% da Receita Total do Estado.

O Fundeb, a gente repassa 20% das receitas de impostos para o Fundeb e recebe depois - de acordo com os critérios da legislação, em função de número de alunos e outras variáveis - parte desse valor de volta. Na verdade, a gente repassa mais do que recebe, mas o que recebemos do Fundeb também representou um incremento de R\$ 1,080 bilhão para R\$ 1,143 bilhão, embora tenha ficado um pouco abaixo do previsto na LOA.

A retenção de Imposto de Renda na Fonte, que também é um grupo importante de receitas, e a gente vem incrementando essas receitas, inclusive com o apoio de todos os Poderes. O STF (Supremo tribunal Federal) decidiu, há algum tempo, que as retenções que o Estado faz de todos os seus serviços, fornecedores e da Folha de Pagamento dos servidores é do Estado, e esses percentuais de retenção foram definidos em percentuais maiores do que vinham sendo praticados.

Com isso, a gente ganhou uma oportunidade de aumentar a arrecadação com essa fonte e temos incrementado isso. Também temos apoiado os municípios a incrementarem, porque tudo que é retido de Imposto de Renda da Fonte pelo ente

subnacional pertence a esse ente. Então, isso é receita do Estado. Tivemos um incremento nessas receitas, de R\$ 545 milhões para R\$ 636 milhões, ficando acima da LOA.

E o último grupo que quisemos destacar aqui é o do IPVA, que a receita também vem crescendo, de R\$ 490 milhões para R\$ 514 milhões até o 2º quadrimestre, embora ligeiramente abaixo da LOA, de R\$ 515 milhões.

O IPVA tem sido objeto de algumas renúncias fiscais: demos isenção para motos acima de 170 cilindradas e para motoristas de aplicativos. Então, o incremento dele tem sido mais lento.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Essa questão do IPVA, Secretário, a gente precisa, inclusive, fazer uma discussão com a Casa Civil e o governo. Eu não sei o que está acontecendo no Detran, por exemplo, em algumas cidades do interior.

Eu falo aqui por Vilhena, acho que 80% dos bitrens da cidade, que trafegam aqui na BR-364 e residem em Vilhena, vão a Comodoro para emplacar os seus bitrens. Isso dá um prejuízo muito grande para o Estado. Nós estamos deixando de arrecadar.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Muito oportuna a sua observação, Deputado. Eu estive em uma reunião agora, às 11 horas da manhã de hoje, com o sindicato das empresas concessionárias de veículos, e o pleito deles é justamente que a gente equipare a nossa tributação do IPVA ao que o Mato Grosso vem fazendo, que é a isenção no primeiro ano - a isenção da alíquota de IPVA do veículo zero vendido no Estado, no primeiro emplacamento.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Perfeitamente.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Esse primeiro emplacamento, hoje, a gente cobra 1%, e o Mato Grosso isentou. Conversei com o Secretário de Fazenda do Mato Grosso, e ele disse que fez isso acompanhando o movimento de outros Estados: Goiás e Mato Grosso do Sul.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Perfeito isso. Tem atraído muita gente para lá.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Exato. Então, para quem reside especialmente próximo da fronteira sul do Estado fica vantajoso buscar comprar esse veículo lá para aproveitar a isenção desse 1%. Um por cento de um caminhão é bastante significativo.

Estamos estudando isso, mas, enfim, que a Casa fique à vontade também para nos provocar a esse respeito.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - A gente vai fazer uma provocação, junto com a Deputada Ieda Chaves.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Exato. Porque, abrindo mão desse 1%, a gente acaba recebendo os próximos IPVA's, que já são percentuais maiores.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Com certeza.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - É uma conta que a gente tem que fazer, mas talvez valha a pena fazer esse movimento, sim. O que implica em renúncia fiscal - a Lei orçamentária tem que prever -, mas talvez seja uma caminhada que valha a pena.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Mas se for considerar apenas os novos de agora para frente?

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Exato. O problema é que é 1% de todo o novo emplacamento, de todo o veículo novo. Então, abre-se mão de um bom valor, para evitar essa fuga de emplacamento no Sul, especialmente no Centro-sul do Estado. Vamos fazer essa conta, mas talvez valha a pena.

Bom, dando sequência aqui, esses são os desempenhos das principais receitas, e as outras representam também cerca de R\$ 3 Bi, que a gente desempenhou mais ou menos dessa forma. Isso só detalha aquilo que foi apresentado no primeiro *slide*.

Seguindo, aqui está o detalhe da dedução da Receita Bruta. As principais deduções são as Transferências Constitucionais para os municípios e o repasse ao Fundeb. Como eu mencionei, 20% da receita de impostos vai para o Fundeb, parte disso é repassado de volta. Mas essas são as principais deduções, que são mais ou menos 50% de cada uma dessas deduções. Aqui o gráfico mostra o crescimento disso nos últimos anos.

As transferências aos municípios saíram de R\$ 1,25 Bi lá no 2º quadrimestre de 2022 para R\$ 1,57 Bi no 2º

quadrimestre de 2025. Então, mostra que tem havido um crescimento significativo disso, assim como as deduções ao Fundeb. Adiante.

Deputado Ismael Crispin, boa tarde. Acabamos de falar das receitas aqui, vamos para as despesas. Perdeu a parte boa, deputado, são as receitas.

Vamos lá. As despesas do Estado, aqui comparando novamente o 1º quadrimestre e o 2º quadrimestre do 2025 em relação ao mesmo período do ano anterior. Nós tivemos no 1º quadrimestre esse crescimento de R\$ 4,93 Bi para R\$ 5,64 Bi, ficando ligeiramente abaixo da dotação estimada na LOA. O empenhado ficou um pouco abaixo daquilo que estava previsto na LOA, mas representou um incremento de 14,39% na despesa empenhada.

Então, a gente tinha falado que a receita no 1º quadrimestre tinha crescido 7%, e aqui a gente está vendo que as despesas cresceram no dobro da velocidade, empenhando quase 100%, 99,5% do previsto na LOA.

Já no 2º quadrimestre, a gente manteve esse incremento, R\$ 10,15 Bi no ano anterior, de janeiro a agosto, R\$ 11,20 Bi de janeiro a agosto de 2025, e isso representou praticamente o mesmo percentual, 14,38%, ficando ainda ligeiramente abaixo previsto na LOA, 92%. Claro que esse ritmo de crescimento das despesas não observa a mesma sazonalidade das receitas, porque existem alguns períodos que concentram um incremento maior, mas, no final do ano tem que bater, isso que é o importante.

Analisando mais detidamente essa Despesa Empenhada, aqui pegando os dados do 2º quadrimestre de 2025, especialmente, comparando com 2024: Pessoal e Encargos Sociais, a gente saiu de R\$ 5,2 Bi para R\$ 5,93 Bi. Então, um incremento de 13,91%.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Pessoal e encargos?

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Pessoal e encargos, Folha de pagamento, esse grupo. Ele foi o principal responsável por esse crescimento, junto com outras despesas correntes. Esse crescimento de 14% se concentrou principalmente em Folha.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - A variação foi 13,91%?

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - É 13,91%. Exatamente. Comparando o 2º quadrimestre do ano anterior com o deste.

Os Juros e Encargos da Dívida cresceram menos, 4,13%, saiu de R\$ 88 Mi para R\$ 92 Mi. Aí a ordem de grandeza é bem menor.

Outras Despesas Correntes, que é o custeio como um todo da máquina, cresceu de R\$ 3,34 Bi para R\$ 3,86 Bi um crescimento de 15,39%.

E, Investimentos a gente teve um decréscimo de R\$ 707 Mi para R\$ 435 Mi. A gente observa que é inversamente proporcional esse crescimento do custeio, da Folha, com o Investimento. Isso é uma consequência de a gente ter alocado mais recursos nas Despesas Correntes. Então, Investimentos, as Despesas de Capital acabam tendo uma redução.

Essa redução, lembrando, o Estado vem fazendo investimentos sempre com recursos próprios, até aqui. Já a

partir do próximo quadrimestre nós vamos ter um incremento de investimento a partir de operações de crédito, a partir da autorização feita pela Assembleia Legislativa, daqueles R\$ 985 milhões. Nós estamos contratando a primeira operação, que são R\$ 383 milhões, e a segunda também é uma possibilidade para o próximo ano, e com isso a gente deve aumentar esse percentual de investimento.

Amortização da Dívida. Aqui é a dívida contratual de empréstimos, das operações de créditos anteriores, do Profisco (Programa de Apoio à Gestão dos Fiscos do Brasil), aquele do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), PROINVEST (Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal), PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Então, essa dívida cresceu de R\$ 19 Mi para R\$ 21 Mi. Cresceu cerca de 13%, é o pagamento da dívida.

E a amortização da dívida/refinanciamento, é aquela antiga dívida do BERON (Banco do Estado de Rondônia S/A), junto com outras dívidas menores que foram consolidadas na Lei 9.496/97. Isso vem sendo pago, reduziu um pouco o ritmo de pagamento, mas é o refinanciamento previsto para ser quitado até 2048.

Então, isso representa os principais grupos de despesas desse quadrimestre. Adiante.

Olhando mais detidamente as Despesas de Pessoal, confrontando isso com os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, nós vemos que, do ponto de vista do Poder Executivo, o nosso limite, que representa 44,1% da Receita Corrente Líquida equivale a R\$ 5,73 Bi e nós temos ficado abaixo desse limite, olhando de 2022 para cá, a gente vem mantendo, pelo menos de 2024 em diante, em torno de 37%, atualmente 37,55% da Receita Corrente Líquida tem sido gasto com Despesas de Pessoal.

Então estamos abaixo do limite de alerta, embora essa margem tenha que ser muito bem cuidada, porque já existem concessões feitas que serão implementadas ainda em janeiro do ano que vem, que já vão elevar mais esse percentual.

Então a gente tem que ter o próprio crescimento vegetativo da Folha...

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Você tem noção do crescimento vegetativo, o que cresce independentemente de aumento?

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Acho que em torno de 5%; de 4,5% a 5%, cresce vegetativamente em função das progressões, dos Planos de Carreira.

A SRA. IEDA CHAVES - Secretário, esse aumento, esse incremento de quase 14%, nesse quadrimestre, ele vai se refletir no ano também? Seria essa média de 14%?

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Sim. No último quadrimestre se espera uma redução, porque a Receita cresceu em torno de 9%. Então, se a Despesa cresceu 14%, é preciso dar uma desacelerada nesse último quadrimestre para que não ultrapasse. Claro, a gente tem uma margem de Restos a Pagar, algumas coisas que justificam algum descompasso, mas não pode ser muito grande, senão a gente pode ter problema.

Então, esse crescimento no próximo quadrimestre da Despesa, a gente espera que seja contido, e por isso existe um decreto de contingenciamento, do encerramento do

exercício, que a gente controla mais os empenhos para evitar descompasso.

As Despesas de Pessoal, a gente observa que está no mesmo percentual em relação à Receita, embora a Folha tenha crescido 14%. Por quê? Porque teve um crescimento da Receita que permitiu acomodar isso no mesmo percentual. Mas, de fato, isso é uma conta que está ficando bem apertada. Tem que ser bem gerido para evitar descompasso.

A gente continuando com o incremento de Receita, mas assim, com essa Folha crescendo nesse ritmo, tende a chegar mais perto do limite. São os 44,1%.

Os Mínimos Constitucionais, as aplicações, os gastos obrigatórios em saúde e educação. Vamos ver. Na educação, a gente tem que aplicar 25% da Receita com impostos e a gente vem aplicando o ritmo do 1º quadrimestre, do 2º quadrimestre, quando a gente compara com os anos anteriores.

O 2º quadrimestre, de 2021 em diante, a gente vem em torno de 21, 23, 22, atualmente 22,67% da Receita com impostos tem sido aplicada em educação. O nosso mínimo é 25%. Então, a gente tem que dar uma acelerada nesse último quadrimestre para bater. E isso, normalmente acontece ao final do ano, quando a Receita sobe muito, a educação acelera também para ficar dentro do mínimo constitucional e aí vem bônus do magistério, dos professores, enfim, aí essa fórmula de bater esses 25% já vem sendo testada nos anos anteriores. E é o que deve acontecer.

Então, em média, a gente vem performando próximo do que acontece nos anos anteriores até o 2º quadrimestre. Adiante.

Em saúde, o nosso mínimo é de 12%. A gente, nessa altura do ano, 2º quadrimestre, vem gastando em torno de 11%, 13%,

atualmente 11,96%; quase os 12%. Então, em saúde, a gente está bem próximo desse mínimo constitucional.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Vai ultrapassar, com certeza.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - É, na saúde é onde tem a maior demanda reprimida de gastos.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Nós estamos ainda em outubro, novembro, dezembro, por Folha.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - É. Setembro, outubro, novembro e dezembro a gente deve ter uma aceleração sim, até por conta de alguma concentração maior de investimentos nesse período, de gastos em saúde nesse período.

Então, também performando dentro da média histórica, até esse período do ano. Adiante.

Em relação às Metas Fiscais, a legislação prevê Metas de Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Consolidada. Então, esses são os números que a gente apresenta obrigatoriamente aqui na Assembleia e são aqueles estabelecidos na legislação para esses indicadores.

Então, Receitas Primárias em 2025, deve ser acumulado até o 2º quadrimestre, somaram... A meta seria de R\$ 14.350 Mi, a gente está em R\$ 10.070 Mi. A Meta do ano, R\$ 14.350 Mi, até o 2º quadrimestre a gente está em R\$ 10.070 Mi.

As Despesas, meta anual R\$ 14,380 Mi, estamos em R\$ 9,470 Mi. Então, estamos performando com margem ali, mais do que o previsto. O nosso resultado previsto para o ano seria de uma Despesa maior do que a Receita, antes de pagar os Serviços da Dívida, antes das Despesas Financeiras, a gente teria gasto R\$ 33 milhões (R\$ 33,83 Mi) a mais do que as Receitas. Despesas em relação às Receitas.

No entanto, até aqui, até o 2º quadrimestre, estamos com uma margem de R\$ 636 milhões (636,2 Mi), ou seja, as despesas primárias estão abaixo das Receitas Primárias em R\$ 636 milhões. Então, a gente está com alguma margem. Se a gente crescer essa despesa, a gente ainda está dentro da meta, que é não passar de R\$ 33 milhões negativo.

Então, esse Resultado Primário, ao longo dos anos, apresentado aqui no gráfico ao lado, ele vem crescendo em termos nominais e mantendo essa margem ao longo do 2º quadrimestre, em torno de R\$ 900 Mi, R\$ 850 Mi e agora R\$ 636 milhões. O Resultado Primário é uma medida importante para avaliar a capacidade do Estado de pagar as dívidas que assumiu. Então, Receitas menos Despesas, antes das dívidas, esse é o resultado.

O Resultado Nominal, que aí já considera as dívidas, o pagamento das dívidas. Então, a Dívida Consolidada, ao final de 2024, e essa é a métrica que a legislação prevê, ao final de 2024, nós tínhamos uma Dívida Consolidada, que representa o saldo devedor de todos, dívida contratual, dívida fundada do Estado - aí você me corrija se eu estiver errado, porque esse é um ponto bem técnico, pode ser que precise de algum ajuste. O Douglas, nosso Coordenador do Tesouro, pode fazer algum complemento.

A Dívida Consolidada, até o 2º quadrimestre, R\$ 4 Bi 650 milhões. Ela ficou próximo daquilo que estava no último

quadrimestre de 2024. A disponibilidade de caixa acima disso, R\$ 5 bi e 500. E demais haveres, quase R\$ 1 bi.

Então, a Dívida Consolidada Líquida, que é o total dos saldos devedores menos o que gente tem em caixa, menos as disponibilidades financeiras, a gente está com um resultado de R\$ 846 milhões acima da dívida. Quando esse número está negativo, significa que a gente tem mais disponibilidade do que o saldo da dívida. Então, nesse caso, é bom ser negativo. A Dívida Consolidada Líquida negativa é bom.

O Resultado Nominal, sem os repasses para a Previdência, R\$ 655 milhões positivo, quando a meta era de até R\$ 1 bi 510 negativo. Então a gente está com uma situação de folga em relação ao Resultado Nominal, o que demonstra a solidez, demonstra que o Estado está com plena capacidade de pagamento.

Trajetória da Dívida Pública, esse também é um dado importante, porque frequentemente se discute isso. "A Assembleia aprovou R\$ 935 milhões de operação de crédito, vai endividar o Estado, o Estado vai ficar, o governo vai deixar para a próxima gestão o Estado endividado.". Então, aqui a gente está demonstrando que isso está longe da realidade.

Rondônia tem sido bastante conservador em termos de dívida, da Trajetória da Dívida Pública, o que dá bastante segurança que as próximas gestões terão tranquilidade para administrar o caixa sem pressão do pagamento de dívidas.

A gente vê nessa trajetória de 2021 até o 2º quadrimestre de 2025 qual é o Comprometimento da Receita Corrente com o Serviço da Dívida, ou seja, o pagamento do principal e dos juros da dívida.

Quando a gente vê o que se paga de dívida em relação à receita, representava 2,1% e está caindo para 1,58%, quando o limite estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal é de 11,5%. Então, a gente está com bastante folga em relação a esse limite da LRF, em relação ao quanto da receita vai para pagamento do serviço da dívida.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Podemos chegar em 11% e nós estamos...

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Até 11,5% é admissível, a legislação diz que é o limite. Claro que chegar perto disso é perigoso. A gente não quer nem chegar perto disso. Mas só para mostrar que a gente está bem posicionado, com bastante folga em relação a esse limite.

E os valores repassados para pagamento de Precatórios, que também é dívida do Estado, tem a Dívida Contratual, a Dívida de Operação de Crédito, tem essa Dívida de Direitos de Servidores, terceiros, que a Justiça reconheceu que o Estado deve, o Estado precisa pagar, tem os nossos repasses para isso. E aí a gente vem repassando o percentual maior, atualmente 2,58%, que foram repassados, da Receita Corrente Líquida, repassados para pagamento de Precatórios.

Recentemente, uma Emenda Constitucional, a 136, definiu que esse percentual pode cair para 1%. Então, o Estado vai usar essa margem, vai reduzir de 2,58% para 1%, para que tenha sobra de caixa para honrar outros compromissos, mas diante dessa alteração constitucional.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Essa norma é recente, não é?

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Recente, de agosto. De agosto desse ano. Foi uma Emenda Constitucional que buscou principalmente trazer alívio para os municípios e para os Estados mais endividados. E aí, isso acaba gerando também uma possibilidade de a gente reduzir esses repasses sem descumprir a legislação. Adiante.

A evolução da Dívida Contratual e Precatórios, ao longo desses últimos três anos, se deu dessa forma. A gente vê que a relação Dívida Consolidada, que é aquele saldo das operações de crédito, em relação à RCL (Receita Corrente Líquida), vem caindo. Então, a gente sai de 44,4% para 30,4%, que é a relação entre o quanto a Dívida Consolidada representa percentualmente sobre a Receita. E dessa dívida, 68% se refere a essa dívida contratual, que são operações de crédito, aquele refinanciamento do Beron, das dívidas antigas, 68%, e precatórios representam 32% dessa dívida total do Estado. Mas é uma dívida que tem uma trajetória sustentável, que se mostra perfeitamente liquidável, factível que ela seja liquidada, já que se comporta de uma maneira decrescente em relação à Receita Corrente Líquida.

Esse histórico aqui representa isso. Novamente, o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal para a relação entre Dívida Consolidada e Receita Corrente Líquida - Dívida Consolidada Líquida, desculpa, e Receita Corrente Líquida - , é de no máximo 200%. A gente está... era 20% em 2020, e agora, no 2º quadrimestre de 2025 a gente está com 5,53% negativo. Por que é negativo? Porque a Dívida Consolidada Líquida considera disponibilidades de caixa. Então, por isso ela pode ser negativa. Quando o seu caixa é maior do que a

dívida, você tem um percentual negativo. Então, a gente realmente está com bastante folga em relação ao endividamento.

Importante, deputados, porque isso dá bastante subsídio. Lembrar dessa apresentação, se alguém falar que o Estado está endividado, a gente pode usar esse dado para demonstrar que a realidade é exatamente o contrário.

Em relação, fazendo um comparativo da nossa Dívida Consolidada Líquida com a dos demais Estados, Rondônia é o Estado com menor percentual de Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida - 5,53 negativo -, nos coloca em 1º lugar na região Norte. Os demais Estados da região, o Amazonas é 25%, então a gente está bem posicionado. Em relação ao Brasil, nós somos o 6ª melhor posicionado em relação à Dívida Corrente Líquida frente à Receita Corrente Líquida.

Então, são posições que demonstram, de fato, uma gestão conservadora em relação ao endividamento.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Só uma pergunta quanto ao Amazonas, eu vejo 25,04?

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Sim, 25,04. A Dívida Consolidada Líquida dele representa 25% da receita. Então, é algo preocupante, mas quando você olha, têm Estados, como o Rio Grande do Sul, é 176%; Minas Gerais, 149%; São Paulo 121%; Rio de Janeiro 202%, então são Estados muito endividados. Esses quatro Estados que eu citei, juntos, eles detêm 90% da Dívida total dos Estados, são os Estados mais endividados.

Aí você se pergunta: "Claro, é uma gestão ruim, temerária e tal?" No entanto, são os Estados que mais investiram nos últimos anos. Boa parte dessa dívida foi para fazer obras de infraestrutura. Então, é claro que não é bom chegar nessa situação; mas é bom, sim, assumir algum endividamento para fazer infraestrutura, porque senão você acaba não gerando oportunidades de crescimento econômico.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Investimento e retorno, não é?

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Exatamente. Desde que sejam bem escolhidos os investimentos, isso traz retorno.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Claro, perfeito. Nós temos uma estrada, por exemplo, a Transrondônia, a Estrada do Boi, uma estrada que se paga em três anos, quase.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - É reduzir custo logístico, atrai investimento, sem dúvida.

E os reflexos dessa gestão fiscal responsável são medidos principalmente por esse indicador, que a Secretaria do Tesouro Nacional publica anualmente, que é a CAPAG (Capacidade de Pagamento), por volta do mês de agosto, julho, agosto, setembro, eles publicam a análise da capacidade de pagamento dos entes subnacionais, Estados e municípios, baseado no balanço do exercício anterior.

Então, lá em agosto, eles publicam como é que está a CAPAG baseado no balanço de 2024. Então, é essa análise que está sendo mostrada aqui. Desde 2020, desde o balanço de 2020, na verdade, desde 2019, mas aqui a gente está pegando 2020, o Estado de Rondônia é "CAPAG A", que é a nota máxima de capacidade de pagamento baseada nesses três fatores: Poupança Corrente - receita menos despesas correntes -; Endividamento - e a gente vê uma trajetória negativa do nosso endividamento, é uma trajetória decrescente, melhor dizendo, do nosso endividamento -; e a Liquidez - a capacidade de honrar os compromissos, disponibilidades financeiras em relação aos compromissos no curto prazo e longo prazo, mas principalmente no curto prazo.

Então, a gente vê que tem, a gente está performando bem nesses indicadores todos, por isso a gente tem a nota "A", e já para 2025, essa "CAPAG A" já está confirmada, "A+", esse "+" que foi acrescentado a partir de 2023, significa também que nós temos excelente qualidade das informações contábeis, por isso esse "+".

Então, Rondônia figura entre os Estados de melhor performance em termos de capacidade de pagamento. E, por isso, a gente tem a condição de tomar operação de crédito com taxas baixas, com condições favorecidas, porque somos bons pagadores e temos boa liquidez.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Menos risco.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Menos risco. E o Espaço Fiscal, acho que esse é o último, o penúltimo *slide*, Espaço Fiscal que é o limite, o valor até o qual a União, o governo federal, avaliza operações de crédito feitas pelo

Estado. Então, o espaço fiscal vinha de R\$ 1.308 milhões, depois R\$ 1.502 milhões, mas teve essa queda de 2024 para R\$ 985 milhões por conta de mudanças na sistemática de cálculo do espaço fiscal. A STN (Secretaria do Tesouro Nacional) adotou uma norma mais conservadora. Por isso houve essa redução, não por conta de desempenho do Estado, mas por conta da mudança nos critérios.

Então, R\$ 985 milhões em 2024, R\$ 941 milhões em 2025 e para 2026, subindo para R\$ 1,066 Bi. A cada ano, se o Estado fizer operações de crédito até esse limite, ele conta com aval da União. Isso também garante menores encargos e é mais seguro do ponto de vista de custo do capital que a gente poderia captar.

O efeito prático de ter uma boa gestão é ter um aval grande da União para as nossas operações de crédito. E a gente deve contratar, agora R\$ 333 milhões e tem mais R\$ 543 milhões previstos para o próximo ano, ou seja, sempre abaixo desse limite, dentro do espaço fiscal.

É isso. Agradeço e fico à disposição para perguntas e comentários, junto com a equipe. Algum complemento, Douglas? Então está bem.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Não, está bom, os nossos dois quadrimestres. Eu estou achando, Deputado Crispin - não sei se prestou bastante atenção e a Deputada Ieda também - é assim: a nossa receita está indo muito em despesa corrente, não é? Demais da conta. Nós estamos fazendo pouquíssimos investimentos para gerar novas receitas.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Exato.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Acho que essa é uma parte política do governo. Essa conscientização tem que partir da parte política. Eu acredito que tem muita coisa que o Estado pode fazer para gerar receita, gerar um incremento da nossa receita.

Muito embora tenhamos crescido, comparando com outros Estados, nosso crescimento tem sido bem acima se você for olhar a média nacional.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Eu não estou com esse número agora, mas a gente vem crescendo em um ritmo de 10%, 14% em determinados anos, porque realmente a média nacional é bem menor.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Tem mantido esse percentual, de 10% e 14%, mas sempre mantendo essa média.

Eu vi ali que nosso investimento, principalmente para esse ano, caiu bastante. Aumentou nossa despesa com encargos e pessoal, mas, no entanto, a despesa com investimento caiu bastante.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Deputado, me permite um comentário sobre isso? De fato, o Governador vem orientando a fazer investimento com recursos próprios e sustentou isso até aqui, nesses seis anos e meio.

No entanto, e os senhores - melhor do que ninguém - sabem das pressões que temos para aumento do custeio, especialmente com a Folha. À medida que se concordou em fazer

concessões salariais, também se recorreu à operação de crédito para manter esse nível de investimento.

Tivemos um atraso na contratação dessa operação, por conta que a gente ficou mais de um ano aguardando uma autorização legislativa para contratar a operação. Uma vez autorizado, estamos contratando. Então, é absolutamente legítimo que se faça essa opção de recorrer a capitais de terceiros para manter o nível de investimento, ou até ampliá-lo, desde que o Estado tenha boa condição de pagamento.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Sim.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Essa mudança de diretriz, tomada neste ano - apesar da demora para implementar -, permitiu que se aumentasse as despesas com Folha e custeio sem zerar o investimento. Então, é uma mudança de diretriz.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Olha só, a parte do senhor e todos os técnicos é cuidar justamente da saúde fiscal do Estado. Vocês fazem isso muito bem, e eu quero parabenizar a gestão do senhor com toda a equipe - o Douglas, o Michael, a Veridiane, o André.

O que nos deixa preocupados aqui na Assembleia - e o Deputado Ismael Crispin e a Deputada Ieda Chaves sabem muito bem disso -, por exemplo, é que hoje nós temos duas Secretarias importantíssimas para o desenvolvimento do Estado: o DER, para garantir a exploração dos nossos produtos e a nossa Secretaria da Agricultura, para investir justamente na produção.

E o que a gente está vendo - não é o primeiro ano, já há alguns anos - é que a nossa Secretaria da Agricultura, Deputado Crispin e Deputada Ieda, tem tido como única preocupação fomentar a Rondônia Rural Show, só.

Eu estou tentando comprar muda de café para alguns produtores e a Secretaria não conseguiu sequer fazer um registro desse ano. Não conseguiu registrar ata para comprar muda de café e nem de calcário. Não é o caso aqui - só fugindo um pouquinho -, mas nós estamos falando de investimento para poder aumentar a receita. É isso.

Mas acho que a Deputada Ieda queria falar.

A SRA. IEDA CHAVES - Justamente é o que eu ia falar o que o Secretário comentou com relação ao atraso que aconteceu para ter esse empréstimo. Mas agora, uma vez que ele está autorizado e, pelo que eu estou vendo, contratado, este também é um momento muito importante de direcionar esses investimentos.

Eu acho esse empréstimo legítimo, sim. O Estado precisa, já que tem uma boa capacidade de pagamento, e, portanto, uma boa capacidade de endividamento de uma forma segura. Então, agora seria um momento muito importante de focar justamente nos investimentos onde vão trazer esse retorno de crescimento para o Estado.

Nós somos um Estado essencialmente agrícola, e precisamos realmente de infraestrutura - que passa pelo DER, como bem disse o nosso Deputado Ezequiel Neiva, e também na Secretaria de Agricultura. Eu acho que a gente, o governo está caminhando para um fim de gestão, então o que se vai colocar agora até o final do ano ainda tem um tempo hábil de ter esse olhar, nas Secretarias, para o que realmente importa

e o que a gente vai poder entregar. Entrega real. Entrega, onde a gente vai poder colher esses frutos, ainda no próximo ano, até para que a gente possa manter esse nível de crescimento no Estado. É só, também, a título de colaboração.

E, parabenizar realmente a equipe. Como bem também disse o Deputado Ezequiel Neiva, o papel de vocês é justamente isso, manter o Estado equilibrado, a situação fiscal do Estado equilibrada, para que se possa ter essa capacidade de endividamento, inclusive. Só que agora é uma responsabilidade nossa também, aqui, enquanto Assembleia, pensando na questão política e do desenvolvimento do Estado, para a gente também participar dessas discussões com relação aos investimentos do Estado.

Obrigada e parabéns a todos os envolvidos nesse trabalho. Parabéns, Secretário, mais uma vez.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Obrigado, deputada.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Obrigado, Deputada Ieda. Deputado Ismael Crispin.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Presidente, boa tarde. Cumprimentar a Deputada Ieda, o nosso Secretário Luís Fernando e a equipe técnica aqui presente. Só um comentário sobre já o fechamento da apresentação.

Toda vez que eu aumento a despesa com a máquina pública, e essa eu entendo que é uma pressão porque eu tenho pressão política, "se não resolver isso a gente não vai conseguir andar"; eu tenho pressão das categorias que precisam

incrementar seus planos de carreira e tal. Toda vez que eu faço isso é natural que eu diminua o meu poder de investimento. Não tem como fazer as duas coisas na velocidade que gostaríamos, atender a máquina, atender os servidores e ainda assim continuar o investimento.

Acho que o governo faz muito bem, em que pese o atraso, mas se socorrer ao investimento, ao crédito para poder fazer investimento. Agora, de novo pesa a responsabilidade política e infelizmente nós estamos no cenário, nós estamos na Mesa, não é só o Poder Executivo.

Em se tratando do Estado, a Assembleia também está na Mesa, ela também está nessa discussão. E às vezes eu posso fazer a defesa de um investimento e que esse investimento não vai trazer retorno para o Estado. Ele pode, às vezes, trazer retorno para mim, enquanto político. E esse talvez seja um mal nosso, ou seja, é uma doença que a gente precisa enfrentar.

Porque no momento de eu trabalhar o investimento, eu tenho que pensar, "poxa, o Estado vai ter um dispêndio aqui e qual que é o retorno que o Estado vai ter." Eu preciso ter um ganho político? Tudo bem. Mas e o retorno para o Estado? Porque o Estado não termina hoje. O mandato pode terminar.

A exemplo, o Governador Marcos Rocha, dia quatro ou cinco, pode sair do mandato. Então terminou o mandato dele. Mas o Estado permanece.

E a gente tem que pensar no Estado. Eu acho que esse talvez seja o nosso grande desafio. E a gente recebe todo dia demanda, atende categorias, mas a gente tem que olhar para essa capacidade de investimento do Estado sempre, e fazer uma discussão com muita responsabilidade nesse sentido. Era isso. Parabéns e que bom poder estar aqui e participar desse momento.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Um comentário complementar sobre o ponto que a Deputado Ieda e o Deputado Ismael Crispin colocaram.

Esses primeiros investimentos, dessa primeira operação de crédito, foram priorizados em função do critério de maturidade dos projetos de contratação, porque também tem isso, às vezes tem uma obra muito meritória, mas que vai depender de mais licença, de uma desapropriação, de uma coisa que não está na mão agora. Não dá para a gente contratar a operação esperando que esse processo, por exemplo, licenciamento ambiental, se conclua, porque às vezes vai levar muito tempo. E não dá para ficar com o dinheiro em caixa sem poder aplicar. Então a gente priorizou aquilo que estava mais maduro.

Mas, do conjunto de obras que foram elencadas e elas foram informadas à Assembleia, fruto inclusive de alguns pedidos de informação da Assembleia, durante esse processo da autorização da operação de crédito. Essas são todas obras que têm impacto na redução do custo logístico, para escoamento da produção. Obras que, de fato, vão reverberar em termos de atração de investimentos, tanto rurais quanto industriais, para que o Estado tenha como se qualificar para manter a atração de indústrias.

E esse momento que a gente vive da reforma tributária, que começa agora, em 2026, a fase de testes e conclui em 2032, então a gente tem sete anos para preparar o Estado para esse novo momento em que a gente vai ter que atrair investimentos sem contar com benefícios fiscais, exceto a área de livre comércio de Guajará-Mirim. Mas a Lei nº 1.558, que a gente tem desde 2005, há 20 anos, e que permite aquele

crédito presumido de até 35% para atrair indústria, não teremos mais.

Então, preparar o Estado para facilitar a atração de investimentos de indústrias que possam processar as nossas matérias-primas, possam verticalizar a nossa produção agrícola e também para melhorar, ter Rondônia como um *hub* logístico, em função dessa questão do Pacífico, da gente estar mais próximo, Rondônia se colocar como uma porta de entrada de produtos importados e base de exportação de *commodities* para a Ásia. Isso demanda investimentos em infraestrutura.

Então, esse olhar da Assembleia, que reflete a vontade popular, que tem esse olhar também da realidade do Estado em todos os rincões do Estado, é importantíssimo que a gente aprofunde esse diálogo de como preparar o Estado para esse ambiente pós-reforma tributária.

A gente tem esse início de jornada aqui com essa primeira operação de crédito, mas teremos outras e eu acho que essa é uma discussão que precisa tomar volume na nossa agenda.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Presidente, entendo que a gente precisa amadurecer nesse sentido. Amadurecer do ponto de vista do planejamento. E às vezes eu sinto que às vezes o Estado não tem nem tempo para essa discussão e para esse planejamento, dado o sufoco que é.

Agora, por exemplo, o governo fez essa operação de crédito, R\$ 300 milhões, alguma coisa por aí. É, uma pressão muito grande para que seja feito isso, aquilo, aquilo, aquilo, aquilo. E se perguntar, falar assim: "E o retorno disso aí?" Dificilmente alguém vai conseguir dar uma

resposta. A gente tem um outro saldo? Tem. Se conseguir respirar, a gente precisa olhar.

Entre asfaltar 30 quilômetros na rodovia tal, e recuperar uma outra rodovia, fazer a ponte que vai dar acesso, vai facilitar essa logística aqui. Um exemplo: nós temos uma discussão, que eu entendo que é salutar e o Estado precisa discutir, é a questão da passagem por Costa Marques. Muda muito a nossa realidade.

"Ah, mas está fazendo a ponte de Guajará-Mirim.". Poxa vida! Nós temos uma reforma tributária que, de certa forma, se a gente não se organizar, não se planejar, não houver um planejamento estratégico por parte do Estado, nós vamos ter perda. E isso é seguro.

Então nós precisamos nos organizar. A gente precisa pensar: tem alguém querendo tirar de mim, mas eu estou trabalhando aqui e vou repor isso. Não é uma coisa fácil. Não é. Essa é uma mesa de duro reflexo e dura discussão. Mas é nossa. É do nosso momento. É de quem está aqui. Não é de quem já foi. É nossa essa responsabilidade. É nossa e a gente precisa pensar, repito: o Estado. Precisa pensar o Estado.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Perfeitamente. Obrigado, Deputado Ismael Crispin, pela participação; Deputada Ieda Chaves. Secretário, obrigado.

A gente atrasou um pouquinho para dar esse espaço para o senhor vir aqui, porque foram bastantes demandas. A gente agradece a presença do senhor, do Douglas, do André, da Veridiane, do Maicon.

Obrigado pela participação de todos vocês. E se sintam em casa. Aqui é a casa do povo. Está encerrado.

(Encerra-se esta Sessão às 14 horas e 34 minutos)